



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº. 039/2013

Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, doravante denominado Coren/SP, usando a competência delegada na Lei Federal nº 5.905/73, torna público que se acha aberta Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2013**, Regime de execução indireta por empreitada por preço total, adjudicação pelo **menor preço global**, que será regida pela Lei Federal nº.10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Federal nº. 5.450 de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/06/2013

HORÁRIO: 9:00h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 389343

- I. DO OBJETO
- II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- III. DA PARTICIPAÇÃO
- IV. INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
- V. DA PROPOSTA AJUSTADA AO LANCE FINAL DO LICITANTE VENCEDOR
- VI. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA
- VII. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO
- VIII. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
- IX. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- X. DA FORMULAÇÃO DE LANCES
- XI. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS
- XII. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO
- XIII. DA NEGOCIAÇÃO
- XIV. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
- XV. DA HABILITAÇÃO
- XVI. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
- XVII. DO RECURSO ADMINISTRATIVO
- XVIII. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- XIX. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO COREN/SP
- XX. DA CONTRATAÇÃO
- XXI. DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E DA RESCISÃO
- XXII. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
- XXIII. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- XXIV. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO
- XXV. DO PAGAMENTO
- XXVI. DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO
- XXVII. DAS PENALIDADES
- XXVIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

I. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços para impressão e manuseio da Revista Trimestral do COREN-SP, conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I.

1.1.1. Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do Código de Despesas nº. 3.1.32.10.02 – Confeção de Revistas.

III. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que:

a) atendam a todas as exigências deste Edital;

b) estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br;

c) tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

3.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a este Conselho Regional responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. Será vedada a participação de empresa:

a) que estiver cumprindo suspensão temporária do direito de participar de licitação ou estiver impedida de contratar com o COREN-SP;

b) cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em processo de liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou concurso de credores;

c) que tenha sido declarada inidônea, por órgão, entidade ou sociedade integrante da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

d) estrangeira que não funcione no País;

e) que estiver reunida em consórcio.

3.6. Não poderão beneficiar-se do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, § 4º, com a exceção do parágrafo seguinte, ambos do mesmo diploma legal.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.7. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

3.7.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

IV. INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos sobre este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até três (3) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao.eletronico@coren-sp.gov.br.

4.2. Todo cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital. Qualquer impugnação deverá ser protocolizada até dois (2) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregao.eletronico@coren-sp.gov.br.

4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de vinte e quatro (24) horas.

4.4. Acolhida a impugnação aos termos deste Edital, designar-se-á nova data para a realização da sessão pública, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do seguinte link: [acesso livre>pregões>agendados](#), para conhecimento das licitantes e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

V. DA PROPOSTA AJUSTADA AO LANCE FINAL DO LICITANTE VENCEDOR

5.1. A proposta deverá:

a) consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o preço unitário do item e a descrição dos serviços ofertados, em conformidade com as especificações e demais características do Termo de Referência - Anexo I, com a indicação de demais informações necessárias à sua perfeita identificação;

b) conter preço unitário e total, tanto de produtos/equipamentos/materiais fornecidos como dos serviços envolvidos, em moeda corrente nacional, em algarismos, **com quatro (4) casas decimais**, já considerando todas as despesas e custos relacionados com o fornecimento, manuseio, separação da carga e entrega do objeto da presente licitação;

b.1) As despesas com eventuais subcontratações com serviços de manuseio, separação de carga e entrega correrão às expensas da Contratada, devendo estarem previstas nos valores ofertados no certame.

c) ter validade de sessenta (60) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa a desclassificação da proposta.

VI. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.1.1. Por ocasião do envio da proposta, a licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, para que faça jus aos benefícios previstos nessa Lei.

6.2. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

VII. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

7.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

VIII. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para fins de estimativa de valores a serem pagos pelo Contratante à(s) Contratada(s) pelo fornecimento do objeto do presente Edital, utiliza-se, como referência os valores e quantidades expostos no Termo de Referência – Anexo 1..

8.2. O critério para seleção de propostas e adjudicação será o menor preço do lote, servindo os valores totais apenas para provisionamento orçamentário e financeiro da futura contratação. As quantias apresentadas no subitem anterior não indicam quaisquer compromissos futuros, tão somente refletindo valores estimados.

8.3. Os valores propostos devem contemplar eventuais subcontratações previstas no item 5, alínea b.1.

IX. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro analisará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

X. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances para o preço unitário do grupo, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

10.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

10.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.6. Constatada eventual incorreção, na digitação de um lance, terá o Pregoeiro a prerrogativa de excluí-lo, sendo concedida à licitante nova oportunidade de apresentação de lances, com valores corrigidos ou até mesmo repetindo aquele valor tido, inicialmente como incorreto, ratificando-o.

10.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

10.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta (30) minutos, aleatoriamente determinado, findo o prazo o encerramento será automático.

XI. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS

11.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, e houver proposta apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa igual ou até cinco por cento (5%) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

11.1.1. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa mais bem classificada poderá, no prazo máximo de cinco (5) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com desconto necessariamente superior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

11.1.2. Não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.1.3. No caso de equivalência dos descontos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final do desempate.

11.2. Não ocorrendo a adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora da proposta originalmente melhor classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado e a licitante for considerada habilitada.

XII. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

12.1. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2. No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e reiniciará somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

XIII. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de lances, concedido o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, de que trata o art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, o Pregoeiro poderá encaminhar contraposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

XIV. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

14.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

14.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

14.3. Será rejeitada a proposta que apresentar valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

14.3.1. Caso o Pregoeiro entenda que os lances ofertados não comportam os custos necessários para a execução do objeto a ser contratado, poderá exigir da licitante a comprovação da exequibilidade da oferta, a ser apresentado através de planilhas de custos e demonstrativos que evidenciem que o valor ofertado é suficiente para cobrir as despesas referidas no art. 48, inc. II, da Lei 8666/93.

14.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do COREN-SP ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.5. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará da licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

14.6. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

XV. DA HABILITAÇÃO

15.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

15.2. A licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF ou apresentar os documentos que supram tal habilitação.

15.3. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

15.3.1. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis (16) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

15.3.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser enviada de forma eletrônica, em campo próprio do sistema, por ocasião do envio da proposta.

15.3.2. Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais similares aos ofertados, devendo estar explicitada o serviço e as quantidades fornecidas apenas para efeito de referência.

15.3.3. Certidão negativa de débitos trabalhistas inadimplidos com a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.3.4. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

15.3.5. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

a) Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da Sessão do Pregão.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.3) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.4) A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui **capital mínimo ou patrimônio líquido** equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

15.4. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

15.5. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, as licitantes serão declaradas vencedoras.

XVI. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

16.1. A proposta ajustada ao lance final da licitante vencedora e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos no prazo de sessenta (60) minutos contados de sua solicitação pelo Pregoeiro, havendo possibilidade de ampliação do prazo caso o Pregoeiro entenda justificada a motivação apresentada pela licitante melhor classificada.

16.1.1. O envio dos documentos solicitados poderá ser realizado:

a) preferencialmente via ferramenta própria existente para tal providência no Comprasnet;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

b) em caso de dificuldade técnica ou impossibilidade de outra ordem, mediante prévio aviso ao Pregoeiro e devidamente endereçado à Comissão Permanente de Licitações e com a identificação do referido certame e o respectivo objeto, poderá enviar:

b.1) via fac-símile, para o número (11) 3225-6380 com folha de rosto contendo as informações exigidas no subitem b, OU

b.2) via email, para o endereço eletrônico pregao.eletronico@coren-sp.gov.br, com as informações exigidas no subitem b indicadas no campo assunto.

16.1.2. Para qualquer opção escolhida, o envio deverá ser confirmado com o Pregoeiro.

16.2. A proposta, os documentos e os anexos remetidos via fax ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de três (3) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à Comissão Permanente de Licitações do Coren/SP, Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista - São Paulo – SP – CEP 01331-000.

16.2.1. Sem prejuízo de outras comprovações necessárias (conforme Seção II do Capítulo II da LF. nº 8.666/93), serão exigidos como documentos necessários ao prosseguimento, além daqueles previstos no Item XV supra: todos aqueles que estejam vencidos no SICAF e os não passíveis de verificação on-line.

16.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.

16.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

16.5. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.6. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de dois (2) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

16.6.1. A não regularização da situação fiscal no prazo referido no item anterior, implicará a decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, ficando facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

XVII. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

17.1. Declarada(s) a(s) vencedor(as), o Pregoeiro abrirá prazo de trinta (30) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

17.2. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

17.3. A recorrente que tiver sua intenção de interpor recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de três (3) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

17.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

XVIII. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto deste Pregão será adjudicado às licitantes vencedoras após decididos os recursos, quando houver, sujeito o certame à homologação pela Autoridade Competente deste Conselho Federal de Enfermagem.

XIX. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO COREN/SP

19.1. Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005.

19.2. À Autoridade Competente do Coren/SP cabe:

- a) adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver a interposição de recurso;
- b) homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;
- c) anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- d) revogar este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

19.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

XX. DA CONTRATAÇÃO

20.1. Homologado o certame, a vencedora será convocada, por qualquer meio hábil que se possa comprovar o recebimento da notificação, aceitando-se inclusive os meios eletrônicos tais como e-mail, fax, dentre outros, visando a assinatura do contrato, sob pena de incidir na infração do artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

20.1.1. Os encargos das partes bem como as normas relativas ao recebimento, liquidação, pagamento e sanções contratuais constam do termo de referência em anexo a este Edital.

20.1.2. Por discricionariedade da Administração poderá ser encaminhado ao licitante vencedor por meio eletrônico e passível de comprovação, arquivo não editável do Contrato, que deverá ser assinado em duas vias e a firma reconhecida em *cartório*, em ao menos 1 (uma) das vias. Ambas as vias deverão ser encaminhadas por via postal com aviso de recebimento, serviço de remessa expressa de documentos ou protocolado no setor de protocolo ao/no endereço: Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP: 01331-000 – A/C CPL – Comissão Permanente de Licitação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do arquivo não editável.

20.2. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a celebração de Termo Contratual, cuja minuta de seu instrumento se avista no Anexo II – Minuta do Contrato deste Edital, quantas forem as licitantes às quais forem adjudicados os itens do objeto da presente licitação.

20.3. A adjudicatária deverá, no prazo de três (3) dias úteis contados da data da convocação, comparecer na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, CEP 01331-000, Capital do Estado de São Paulo para celebrar o Contrato.

20.3.1. O prazo para retirada ou devolução do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

20.4. A celebração do Contrato está condicionada à verificação da regularidade da habilitação da licitante vencedora junto ao SICAF.

20.5. Caso a licitante vencedora não apresente situação fiscal regular quando da assinatura do Contrato, ou caso venha a recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido na alínea anterior e durante o prazo de vigência de sua





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

proposta, decairão do direito à contratação, sem prejuízo de sujeitarem-se às sanções cabíveis, ficando facultado ao Coren/SP o direito de convocar a próxima licitante na ordem de classificação ou revogar a licitação.

XXI. DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E DA RESCISÃO

21.1. O Termo Contratual assinado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

21.1.1. O Contrato terá valor fixo e irrevogável durante toda a sua vigência.

21.1.2. Caso ocorra fato justificado, a rescisão contratual seguirá o disposto na Seção V do Capítulo III da LF. Nº 8.666/93.

XXII. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

22.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, o Contratante obrigará-se a:

a) Permitir o acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do Coren/SP para a retirada de material e entrega dos produtos/serviços adquiridos, dentro dos horários e condições informadas pela Administração;

b) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;

c) Solicitar a troca/substituição dos produtos/serviços que não atenderem às especificações do objeto constantes do Termo de Referência – Anexo I.

22.2. O Coren/SP disponibilizará um meio virtual para troca de arquivos com utilização de protocolo FTP ou DTP (File Transfer Protocol) ou similar. Na ausência de funcionamento deste sistema, poderá, a critério exclusivo do Contratante, utilizar-se de meio similar oferecido pela contratada para troca de arquivos.

XXIII. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. Caberá à Contratada, a partir da assinatura do Termo de Contrato e da retirada ou recebimento da Nota de Empenho, o cumprimento das seguintes obrigações:

a) responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da contratação e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

b) respeitar às normas e procedimentos internos do Coren/SP, inclusive os de Segurança do Trabalho;

c) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren/SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelo Coren/SP;

d) comunicar ao Coren/SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados;

e) manter, durante o período de contratação, as condições de habilitação exigidas neste Pregão;

f) informar ao Contratante, no ato da retirada da nota de empenho, e sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

23.2. Caberá à Contratada assumir a responsabilidade por:

a) todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren/SP;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- b) todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências do Coren/SP;
- c) todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- e) ao encaminhar a Nota Fiscal, será exclusiva obrigação da Contratada juntar os documentos relativos às regularidades fiscal e trabalhista, entre outros porventura necessários. O não cumprimento desta condição poderá implicar no decaimento do direito dos prazos de pagamento, conforme disposto no Edital de Licitação.

23.3. São expressamente vedadas à Contratada:

- a) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren/SP para a execução do contrato decorrente deste Pregão;
- b) a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Coren/SP;
- c) a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Pregão, exceto para os serviços de transporte de materiais/produto, manuseio e separação da carga, que facultativamente poderá ser subcontratado.
 - c.1) A subcontratação não reduzirá as obrigações da Contratada, que assume integral responsabilidade por sua faculdade em subcontratar o transporte de materiais/produto, manuseio e separação da carga. Para a empresa subcontratada será exigida regularidade fiscal e trabalhista.

23.4. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren/SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren/SP.

XXIV. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

24.1. A licitante vencedora deverá entregar o objeto desta licitação em dias de expediente, entre 08h00 e 16h00, em local a ser definido pelo Coren/SP, dentro da Grande São Paulo, sendo que 10.000 (dez) mil exemplares a cada edição deverão ser entregues na Sede do Conselho, na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, respeitando o prazo estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

24.2. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, o objeto desta licitação será recebido.:

- a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, para posterior verificação da conformidade do serviço com as especificações do objeto licitado;
- b) definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório com a consequente aceitação.

24.2.1. O recebimento provisório será feito por pessoa responsável pelo Almoxarifado; o definitivo, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da quantidade e da qualidade do produto entregue.

24.3. A licitante vencedora deverá corrigir às suas expensas os serviços que não atenderem às especificações do objeto licitado no prazo de dez (10) dias contados do recebimento da solicitação.

24.4. Os representantes do Coren/SP responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com sua entrega, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

24.5. A licitante vencedora deve responsabilizar-se pela entrega do material em perfeitas condições, devidamente embalado, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, no prazo de 5 dias corridos a partir do envio da Ordem de Impressão.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

24.6. Os pedidos, ordens de impressão e comunicação entre Contratante e Contratada obedecerão às especificações dispostas no Anexo I – Termo de Referência e poderão ser vias aceitas para sua execução e-mails, fax ou outra adequada, passível de comprovação, e acordada entre as partes.

XXV. DO PAGAMENTO

25.1. O Gestor do Contrato deverá apresentar à GEFIN - Gerência Financeira do Coren/SP a Nota Fiscal emitida em duas (2) vias, devendo conter em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho e o número da conta bancária da Contratada para depósito do pagamento, que deverá ser efetuado no prazo entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato.

25.1.1 O Coren-SP receberá uma única nota fiscal para os serviços executados, com todos os descritivos cabíveis, e remunerará exclusivamente à empresa Contratada, independentemente da existência de subcontratação.

25.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada se a Nota Fiscal entregue à GEFIN - Gerência Financeira do Coren/SP não for acompanhada da atestação de conformidade da entrega do produto e da comprovação de regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, além da regularidade trabalhista, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

25.2.1. Na hipótese da Nota Fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela GEFIN - Gerência Financeira, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o contratante terá o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento.

25.3. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

25.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren/SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

XXVI. DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

26.1. No interesse do Coren/SP, o valor inicial atualizado da contratação poderá acrescido até o limite de vinte e cinco por cento (25%), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993.

26.1.1A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, nos limites legalmente estabelecidos.

26.1.2 As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido somente serão possíveis através do acordo entre as partes.

XXVII. DAS PENALIDADES





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

27.1. A contratada estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren/SP;
- c) haverá análise de justificativas, pela contratante, em outros casos fortuitos.

27.2. No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

27.2.1 Advertência sobre atrasos, falhas, omissões, incorreções e o que mais venha a interferir na correta execução do contrato.

27.2.2 Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor não adimplido (aplicação do divisor doze sobre o valor total adjudicado), limitada a 20 (vinte) dias após o prazo estabelecido para entrega do objeto; após o que será considerado, o atraso, como inexecução contratual;

27.2.3 Multa de 6% (seis por cento), entre os 21º e 30º dias de atraso, como inexecução parcial do Contrato, calculada sobre o valor de saldo da contratação (saldo do contrato é a diferença entre o valor total da contratação e o valor efetivamente executado e recebido pela Administração), por evento, cumulada com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

27.2.4 Multa de 12% (doze por cento), a partir do 31º dia, a qual será entendida como inexecução total do Contrato, calculada sobre o valor total do contrato, com a possibilidade de cumulação com a pena de declaração de inidoneidade e suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a devida reabilitação;

27.2.4.1 Para interpretação da penalidade de Inexecução Total, teremos como único critério o tempo de atraso, por evento, independentemente de haver parcela anterior entregue e recebida.

27.2.5 Estas penalidades não impedem a aplicação, isolada ou cumulada, do disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002;

27.2.6 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do Contrato, exceto a prevista no item 27.2.3;

27.3 As penalidades serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa;

27.3.1 Constatada a irregularidade na execução contratual, o gestor do contrato notificará a empresa para que apresente defesa fundamentada no disposto no item 27.1 supra, sob pena de aplicação das penalidades.

27.3.2 A não apresentação de defesa no prazo legal 05 (cinco) dias implicará na aplicação de penalidade, nos termos do § 2º do art. 87 da lei 8666/93.

27.3.3 Apresentada a defesa no prazo legal, o gestor do contrato apreciará o seu teor, proferindo parecer técnico, comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência do contratado por correio com aviso de recebimento.

27.4 As multas cominadas antes do pagamento devido à Contratada serão compensadas;

27.5 As multas cominadas após o pagamento serão pagas em 5 (cinco) dias após a notificação, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada, sob pena de inscrição em dívida ativa.

27.6. Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, e no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco (5) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, nos moldes do item 27.2.4 supra, a licitante e a adjudicatária que:

- a) não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal.

27.7. As sanções de multa poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o Coren/SP, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

27.8. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério do Coren/SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do fornecimento. Não havendo pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

27.9. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do §2º do Art. 109 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, observados os prazos ali fixados.

27.9.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

XXVIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Seção Judiciária de São Paulo;

28.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

28.3. Fica assegurado ao Coren/SP o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

28.4. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Coren/SP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

28.5. O resultado do presente certame será divulgado no DOU e no endereço eletrônico www.coren-sp.gov.br;

28.6. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no Coren/SP;

28.7. Integram o presente Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Minuta de Contrato.

São Paulo, 27 de maio de 2013.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren/SP
Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE	GECOM – Gerência de Comunicação
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO FINAL PRETENDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO	
OBJETO: Revista trimestral do Coren/SP.	
DESCRIÇÃO: Contratação de empresa para impressão e manuseio da revista trimestral do COREN/SP.	
ESPECIFICAÇÕES:	
1 ITEM 1 - Descrição Técnica da Revista:	
1.1 Formato fechado: 20,0 x 26,5 cm; (sem margens)	
1.2 Formato aberto: 40,0 x 26,5 cm; (sem margens)	
1.3 Miolo: Entre 16 (dezesesseis) lâminas - cada lâmina correspondendo a um caderno de 04 (quatro) páginas, 4 x 4 cores, papel couchê brilho L-2 com 80 g/m ²	
1.4 Capa: 01 (uma) lâmina, 4 x 4 cores, papel couchê brilho L-2 com 170 g/m ² e aplicação de verniz total UV brilhante nas capas externas (1ª e 4ª capas);	
1.5 Acabamento: Refilado, dobrado e grampeado com 02 grampos a cavalo;	
1.6 Embalagem: Shrink transparente individual (termo-encolhimento);	
1.7 Tiragem: Expectativa de impressão trimestral (4 edições por ano) de, no mínimo, 385.000 exemplares, cada edição.	
2 ITEM 2 - Edição especial	
2.1 Em uma das edições do ano, poderá ser solicitada impressão de um suplemento comemorativo que será shrinkado com a revista;	
2.2 Especificações: formato igual ao da revista; máximo de 8 (oito) páginas, 4 x 4 cores, papel couchê com 170 g/m ² , em laminação fosca, com aplicação de verniz UV brilho reserva nos logos do Coren/SP e no selo comemorativo;	
2.3 Quantidade: um suplemento comemorativo por exemplar em uma única edição;	
2.4 Acabamento: grampeado, encartado no verso da revista, com a capa visível;	
2.5 O custo deste suplemento comemorativo deverá ser destacado do valor total das quatro edições trimestrais previstas no item 1.	
3 Descrição dos Serviços:	
3.1 Pré-impressão: pelo processo CTP – computer to plate, gravação direto em chapa – prova digital com escala e montada em caderno, a ser enviado para análise de montagem e cor, para aprovação e liberação da impressão;	
3.2 Impressão.	
4 Metodologia de trabalho e comunicação:	
4.1 O COREN/SP disponibilizará um meio virtual para troca de arquivos com utilização de protocolo FTP (File	





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Transfer Protocol) ou similar. Na ausência de funcionamento deste sistema, poderá, a critério exclusivo do Contratante, utilizar-se de meio similar oferecido pela contratada para troca de arquivos.	
OBJETIVO / JUSTIFICATIVA / NECESSIDADE / DESTINAÇÃO	
A Revista do COREN-SP é o principal meio de comunicação entre a instituição e o profissional de enfermagem. Através dela levamos ao conhecimento dos profissionais de enfermagem matérias educativas, informativas de caráter científico ou não, institucional ou não, visando ampliar o campo de leitura específica desses profissionais. Outro objetivo é estreitar a relação do COREN-SP com os profissionais de enfermagem fazendo da Revista um veículo de comunicação integrada, na qual e através dela possam encontrar respostas para muitos dos questionamentos diários sobre novos procedimentos em enfermagem, seminários, congressos, literatura específica, pesquisas etc.	
QUANTIDADE PREVISTA: 4 Edições trimestrais, com tiragem mínima de 385.000 exemplares cada edição. Em uma das edições, poderá ser solicitada impressão de suplemento comemorativo que deverá ser encartado no verso de cada exemplar desta edição.	TEMPO DE EXECUÇÃO: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.
HISTÓRICO DE CONSUMO MENSAL E ESTOQUE ATUAL	
Não há.	
PREÇO ESTIMADO E AVALIAÇÃO DO CUSTO	
ITEM 1: Valor unitário por exemplar – R\$ 1,1296 Valor total estimado para edição de 385000 exemplares – R\$ 434.917,90 Valor total anual para 4 edições – R\$ 1.739.671,61	
ITEM 2: Valor unitário – R\$ 0,7039 Valor total - R\$ 271.015,22	
VALOR TOTAL ESTIMADO (médio) DO GRUPO	R\$ 2.010.686,83
METODOLOGIA UTILIZADA PARA AVALIAÇÃO DO CUSTO	
Média dos preços de mercado	
ELEMENTOS / DOCUMENTOS / CERTIFICADOS	
Para a prestação dos serviços serão exigidas certidões fiscais e trabalhista.	
AMOSTRA DO PRODUTO / SERVIÇO E REQUISITOS DE VERIFICAÇÃO	
Prova digital com escala e montada em caderno, a ser enviado para análise de montagem e cor, para aprovação e liberação da impressão.	
DA ENTREGA DO PRODUTO / SERVIÇO / OBRA	
PRAZO: Prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir do envio da “ordem de impressão”.	LOCAIS DE ENTREGA: Local a ser definido pelo COREN/SP, dentro da Grande São Paulo, sendo que 10.000 (dez mil) exemplares deverão ser entregues na sede do Coren/SP. Sede do Coren/SP: Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista – São Paulo / SP





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO / SERVIÇO: Não aplicável.	PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA: Não aplicável.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:Faturado (boleto ou depósito em conta)	
CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO	
<p>Entrega, pelo Contratante, dos arquivos fechados de cada edição da revista; Os arquivos serão fechados em formato PDF, padrão X-1A, já estarão com a imposição de páginas feita com sangria de, no mínimo 5 mm para cada lado, e contarão ainda com marcas de corte e registro. Não serão fornecidos arquivos abertos, imagens ou fontes à empresa vencedora. A cada edição serão enviados apenas dois arquivos (capa e miolo), sendo cada página um lado de cada lâmina.</p> <p>Pré-impressão: pelo processo CTP – computer to plate, gravação direto em chapa – prova digital com escala e montada em caderno, a ser enviada para a sede do COREN/SP para análise de montagem e cor, para aprovação e liberação da impressão. A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para o envio da pré-impressão, contados da data do envio do material (arquivo fechado da revista) pelo Contratante. Apresentar prova fiel à edição acabada, tendo por base o arquivo entregue pelo Contratante;</p> <p>Havendo correções e/ou ajustes indicados pelo representante do Contratante na prova apresentada, os mesmos deverão ser providenciados e novas provas deverão ser fornecidas e enviadas à sede do Coren/SP em até 2 (dois) dias corridos contados do apontamento;</p> <p>Aprovada a pré-impressão por parte do COREN/SP, será enviada uma “ordem de impressão”;</p> <p>Prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir do envio da “ordem de impressão”, para que o material seja impresso e entregue em local definido pelo COREN/SP dentro da Grande São Paulo, sendo que 10.000 (dez mil) exemplares deverão ser entregues na sede do Coren/SP.</p> <p>O material impresso deverá seguir o arquivo enviado pelo Contratante, além de ter os apontamentos eventualmente elencados após análise de todas as provas digitais, bem como apresentar qualidade que permita fácil leitura dos textos e boa interpretação das imagens.</p>	
CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO	
O pagamento deverá ocorrer entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias após o Recebimento Definitivo.	
PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO	
Ficará a cargo do Gestor, devendo receber os serviços, conferir e encaminhar documentos para pagamento ou devolver caso não atenda ao solicitado.	
DEVERES DO CONTRATADO	
Entregar os equipamentos e serviços solicitados em conformidade com prazos especificações técnicas constantes no Edital de Licitação, emitir e entregar nota fiscal no ato do recebimento.	
Providenciar a troca imediata em caso de defeitos.	
DEVERES DO CONTRATANTE	
Verificar a prestação dos serviços e realizar pagamento conforme contratação.	
DEMAIS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação da execução de todas as etapas do processo produtivo, assim entendido: desde a impressão até o grampeamento e refilamento do produto; sendo permitida apenas a subcontratação dos serviços de manuseio, separação da carga e entrega.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os direitos autorais relativos à revista serão de propriedade do COREN/SP

Não haverá tolerância quanto à quantidade menor de impressos, sendo aplicadas as sanções cabíveis;

A contratada deverá apresentar declaração de que possui estrutura (maquinário e recursos humanos) própria e que possibilite o cumprimento de todas as etapas do processo produtivo, visando o cumprimento dos prazos.

O COREN-SP se reserva o direito de efetuar diligência, com a finalidade de verificar e constatar a capacidade produtiva declarada e atestada pela contratada;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2013– REVISTA TRIMESTRAL COREN/SP – PRCI 105816

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01331-000, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva.

CONTRATADA – _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, _____, _____, _____/_____, CEP _____, telefone _____, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, _____, _____, _____, portador do RG nº _____ SSP/_____ e inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado no município de _____, estado de _____, sito na _____, _____, _____, _____, CEP _____.

O presente Contrato obedece às seguintes condições:

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de **impressão e manuseio da revista trimestral do Coren/SP**, de acordo com as especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2013, e seu Anexo, e a proposta apresentada pela Contratada.

2 VALOR CONTRATUAL

2.1 O valor do presente Contrato obedece ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2013 e em seu Anexo, e perfaz as seguintes quantias para o item 1:

2.1.1 O valor total da presente contratação, compreendendo 4 (quatro) edições no período de um ano, com tiragem mensal estimada de 385.000 (trezentos e oitenta e cinco mil) exemplares a cada edição, é de R\$ XXXXXX (xxxxxxxxxxx);

2.1.2 O valor a ser efetivamente pago à Contratada, a cada edição, dependerá da tiragem determinada pelo Coren/SP naquela edição, e será calculado a partir do custo do exemplar, de R\$ XXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxx);

2.1.3 A Contratada receberá apenas pelos serviços efetivamente prestados.

2.2 Quantias e valores para o item 2:

2.2.1 O valor total da presente contratação, compreendendo 1 (uma) edição no período de um ano, com tiragem estimada de 385.000 (trezentos e oitenta e cinco mil) exemplares, é de R\$ XXXXXX (xxxxxxxxxxx);

2.2.2 O valor a ser efetivamente pago à Contratada, a cada edição, dependerá da tiragem determinada pelo Coren/SP naquela edição, e será calculado a partir do custo do exemplar, de R\$ XXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxx);

3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Acompanhar e providenciar o cumprimento de todas legislações pertinentes ao Contrato.

3.2 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas relacionados à prestação do serviço.

3.3 Cumprir os prazos estipulados no Edital e em acordo com as especificações do contrato.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.3.1 Em caso de irregularidade nas especificações, a Contratada deverá providenciar a troca do produto que não atenderem, às suas expensas, às especificações do objeto contratado no prazo de dez (10) dias contados do recebimento da solicitação.

3.3.2 Serão aceitas, como forma de requisição/solicitação, e-mail, fax ou ainda outra acordada entre as partes, passíveis de comprovação. Independentemente da forma utilizada para solicitação, caberá à Contratada manter registro e controle do fornecimento para o posterior faturamento, com vistas ao pagamento, sem que isso diminua a condição de fiscalização do Gestor do Contrato.

3.3.3 Entrega, pelo Contratante, dos arquivos fechados de cada edição da revista; Os arquivos serão fechados em formato PDF, padrão X-1A, já estarão com a imposição de páginas feita com sangria de, no mínimo 5 mm para cada lado, e contarão ainda com marcas de corte e registro. Não serão fornecidos arquivos abertos, imagens ou fontes à empresa vencedora. A cada edição serão enviados apenas dois arquivos (capa e miolo), sendo cada página um lado de cada lâmina.

3.3.4 Pré-impressão: pelo processo CTP – computer to plate, gravação direto em chapa – prova digital com escala e montada em caderno, a ser enviada para a sede do COREN/SP para análise de montagem e cor, para aprovação e liberação da impressão. A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para o envio da pré-impressão, contados da data do envio do material (arquivo fechado da revista) pelo Contratante. Apresentar prova fiel à edição acabada, tendo por base o arquivo entregue pelo Contratante;

3.3.5 Havendo correções e/ou ajustes indicados pelo representante do Contratante na prova apresentada, os mesmos deverão ser providenciados e novas provas deverão ser fornecidas e enviadas à sede do Coren/SP em até 2 (dois) dias corridos contados do apontamento;

3.3.6 Aprovada a pré-impressão por parte do COREN/SP, será enviada uma “ordem de impressão”;

3.3.7 Prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir do envio da “ordem de impressão”, para que o material seja impresso e entregue em local definido pelo COREN/SP dentro da Grande São Paulo, sendo que 10.000 (dez mil) exemplares deverão ser entregues na sede do Coren/SP.

3.3.8 O material impresso deverá seguir o arquivo enviado pelo Contratante, além de ter os apontamentos eventualmente elencados após análise de todas as provas digitais, bem como apresentar qualidade que permita fácil leitura dos textos e boa interpretação das imagens.

4 ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A Contratada deverá emitir nota fiscal com vencimento contra apresentação e o documento deverá apresentar a descrição detalhada dos produtos e serviços prestados, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte.

4.2 O objeto contratado será recebido:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, para posterior verificação da conformidade do serviço com as especificações do objeto licitado;

b) definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório com a consequente aceitação.

4.2.1 O recebimento provisório será feito por pessoa responsável do setor responsável; o definitivo, por pessoa responsável do Departamento ou da Divisão solicitante dos serviços, após a verificação da quantidade e da qualidade do produto entregue.

4.3 O pagamento somente será efetuado após a prestação total do serviço, as verificações de conformidade e a atestação do termo de recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, o Contratante obrigar-se-á a:

a) Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren/SP para a retirada de material e entrega do





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

objeto contratado, dentro dos horários e condições informadas pela Administração;

b) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

c) Solicitar a troca/substituição dos produtos que não atenderem às especificações do objeto constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital da licitação.

5.2. O Coren/SP disponibilizará um meio virtual para troca de arquivos com utilização de protocolo FTP ou DTP (File Transfer Protocol) ou similar. Na ausência de funcionamento deste sistema, poderá, a critério exclusivo do Contratante, utilizar-se de meio similar oferecido pela contratada para troca de arquivos.

6 DO PAGAMENTO

6.1. Recebido o objeto, o Coren/SP efetuará o pagamento entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias, ou prazo maior, conforme proposta, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2. Havendo atraso nos pagamentos por parte do Contratante, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, nos termos do item 25.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2013, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

6.3. Será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal. Todos os documentos necessários para o atesto de pagamento deverão ser encaminhados juntamente com a nota fiscal pela Contratada.

6.4. A Contratada deverá obedecer aos ditames estabelecidos pela Instrução Normativa SRF nº 1234, de 12 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

7 REAJUSTE

7.1 O preço permanecerá fixo e irreajustável até o final da vigência do presente instrumento.

8 DAS SANÇÕES

8.1. No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a contratada poderá ficar sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência sobre atrasos, falhas, omissões, incorreções e o que mais venha a interferir na correta execução do contrato.

8.1.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor não adimplido (aplicação do divisor doze sobre o valor total adjudicado), limitada a 20 (trinta) dias após o prazo estabelecido para entrega do objeto; após o que será considerado, o atraso, como inexecução contratual;

8.1.3. Multa de 6% (seis por cento), entre os 21º e 30º dias de atraso, como inexecução parcial do Contrato, calculada sobre o valor de saldo da contratação (saldo do contrato é a diferença entre o valor total da contratação e o valor efetivamente executado e recebido pela Administração), por evento, cumulada com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.1.4. Multa de 12% (doze por cento), a partir do 31º dia, a qual será entendida como inexecução total do Contrato, calculada sobre o valor total do contrato, com a possibilidade de cumulação com a pena de declaração de inidoneidade e suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a devida reabilitação;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.2. Para interpretação da penalidade de Inexecução Total, teremos como único critério o tempo de atraso, por evento, independentemente de haver parcela anterior entregue e recebida.
- 8.3. Estas penalidades não impedem a aplicação, isolada ou cumulada, do disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002;
- 8.4. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do Contrato, exceto a prevista no item 8.1.4;
- 8.5. As penalidades serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa;
- 8.6. Constatada a irregularidade na execução contratual, o Gestor do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa fundamentada no disposto no item 27.1 do Edital de Licitação, sob pena de aplicação das penalidades.
- 8.7. A não apresentação de defesa no prazo legal 5 (cinco) dias implicará na aplicação de penalidade, nos termos do § 2º do art. 87 da lei 8666/93.
- 8.8. Apresentada a defesa no prazo legal, o Gestor do Contrato apreciará o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência do contratado por correio com aviso de recebimento.
- 8.9. As multas cominadas antes do pagamento devido à Contratada serão compensadas;
- 8.10. As multas cominadas após o pagamento serão pagas em 5 (cinco) dias após a notificação, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada, sob pena de inscrição em dívida ativa.

9 VIGÊNCIA

- 9.1 O presente Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, compreendidos entre o período de ___/___/___ a ___/___/___.

10 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 10.1 As Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, bem como os Decretos Federais nº 3.555/00 e nº 5.450/05, com suas respectivas alterações posteriores, regerão as hipóteses não previstas neste Contrato.
- 10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11 DESPESA

- 11.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do Código de Despesas nº. 3.1.30.10.02 – Confecção de Revista.

12 RESCISÃO

- 12.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

13 GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

- 13.1 A Contratada deverá prestar garantia dos serviços e materiais fornecidos pelo prazo de 30 (trinta) dias contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato para cada edição entregue, salvo prazo maior expresso na proposta comercial apresentada na licitação do Pregão Eletrônico nº 0XX/2013.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

14.2 A contratante acompanhará e fiscalizará a execução do presente contrato, diretamente ou por um representante da Administração, o qual será oportuna e especialmente designado como gestor/fiscal do contrato.

15 DO FORO

15.1 As partes elegem de comum acordo, o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, ____ de _____ de 2013.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva
Presidente

CONTRATADA

